

BRASIL REPÚBLICA III

CN 2020

Autor:
Prof. Marco Túlio

Aula 06

24 de abril, 2020

Sumário

1. Introdução.....	3
2. O REGIME MILITAR (1964-1984).....	3
2.1. O governo Castello Branco (1964-1967).....	4
A institucionalização do regime	5
Políticas econômicas e sociais.....	6
2.2. O Governo Costa e Silva (1967-1969).....	7
Principais iniciativas	8
2.3. O Governo Médici (1969-1974).....	9
A política econômica: o “milagre brasileiro”	9
2.4. O Governo Geisel (1974-1979).....	11
A política externa e o início da abertura política	11
O fim do “milagre brasileiro”	13
2.5. O Governo Figueiredo (1979-1984).....	14
A continuidade da crise econômica	14
O retorno dos partidos e a campanha das “Diretas Já!”	15
3. A NOVA REPÚBLICA (1985-2020).....	18
3.1. O Governo Sarney (1985-1990).....	19
O Plano Cruzado.....	19
O Plano Cruzado II.....	20
O Plano Bresser.....	20
Da política do “arroz com feijão” ao Plano Verão.....	21
A Constituição de 1988	22
A campanha de 1989.....	23
3.2. O governo Collor (1990-1992).....	24
Denúncias de corrupção e impeachment	25
3.3. O Governo Itamar Franco (1992-1994).....	25
O Plano Real	26
3.4. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)	27
4. Lista de Questões	28
5. Gabarito	34
6. Considerações finais	34
7. Referências.....	35



1. Introdução

Caros alunos,

É com muita alegria que entrego a vocês a última aula do nosso curso de História para CN 2020! Aqui trataremos do **Regime Militar** (1964-1984) e da **Nova República** (1985-2020), períodos pouco abordados pela sua prova. Devido a isso, essa será uma aula mais curta que o normal, afinal até hoje ambos foram considerados basicamente pelas suas questões econômicas.

Além disso, o período da Nova República não será contemplado em sua totalidade, pois considerando o perfil das provas anteriores da instituição, o conteúdo cobrado se limitou a discutir aspectos dos governos situados entre 1985 e 2002 – ou seja, até o governo FHC.

Bons estudos!
Prof. Marco Túlio

2. O REGIME MILITAR (1964-1985)

No dia 2 de abril, enquanto o presidente ainda se encontrava em solo nacional, o presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República e convocou o presidente da Câmara Federal, **Ranieri Mazzilli**, para assumi-lo em caráter provisório. Na prática, contudo, a política nacional passou a ser conduzida pelo **autoproclamado Comando Supremo Revolucionário**, composto pelo general Artur da Costa e Silva, o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, cada um deles representando uma das três Armas.

Em 09 de abril de 1964, o comando militar decretou o **Ato Adicional nº 1**, que estabelecia as seguintes mudanças na Constituição:

- cassar mandatos de parlamentares;
- suspender direitos políticos de qualquer cidadão;
- decretar **estado de sítio** sem aprovação do Congresso;
- a eleição indireta do novo presidente da República;
- agendava a próxima eleição presidencial direta para 3 de outubro de 1965;
- deixar aberta a possibilidade de serem realizadas outras alterações na Constituição.¹

¹ COTRIM, Gilberto. *História global*, volume único. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 775.



ATENÇÃO: O Estado de sítio é um recurso emergencial que suspende temporariamente a atuação dos poderes Legislativo e Judiciário, podendo afetar direitos e garantias individuais dos cidadãos previstos pela Constituição. Ele existe em nossa atual Constituição, mas só pode ser estabelecido por no máximo 30 dias e com o aval da maioria absoluta do Congresso Nacional.

No dia seguinte à aprovação do AI-1, 102 pessoas foram punidas; entre eles, 41 deputados federais. Já no dia 11, 122 militares contrários à intervenção das Forças Armadas na política foram transferidos para reserva. Nesse mesmo dia, o marechal Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, por 361 votos em 438.

2.1. O GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-1967)

Para muitos políticos civis e até militares, a passagem das Forças Armadas no comando do país seria breve, apenas para restabelecer a ordem social, conter o avanço do comunismo, da corrupção e recuperar o crescimento econômico. O próprio mandato de Castello Branco tinha prazo para terminar: dia 1º de janeiro de 1966, quando entregaria o cargo para o sucessor, que seria eleito por meio de eleições diretas.

Contudo, não foi assim que as coisas aconteceram. Dois grupos começaram a se formar no interior das Forças Armadas: os **castelistas**, também chamados de moderados ou “grupo da Sorbonne”, e os “**linha dura**”. Para os primeiros, a condução do país deveria ser entregue às elites civis o quanto antes possível, com o intuito de não promover um desgaste institucional nas Forças Armadas. Alguns deles, incluindo o próprio presidente, compartilhavam da visão liberal na economia de políticos civis, sobretudo udenistas.

Já o segundo grupo era composto por aqueles que acreditavam que os militares deveriam estender seu período a frente do comando do Brasil, com o intuito de erradicar por definitivo a ameaça comunista e a herança varguista da política. De maneira geral, duvidavam da capacidade das elites políticas na condução do país.



Castelistas
(moderados ou grupo da Sorbonne)

- Apoiadores da devolução dos poderes aos civis
- Próximos das elites liberais.

"Linha-dura"

- Defendiam a permanência dos militares no poder
- Desconfiavam das elites civis.

A institucionalização do regime

Em julho de 1965 ocorreram eleições diretas para governador. Opositores ao regime assumiram o governo de Minas Gerais, Rio de Janeiro e outros cinco estados, o que foi encarado pela linha dura como uma ameaça ao processo em curso. Em resposta, o governo federal baixou novos atos institucionais:

- **Ato Institucional nº 2** – conferiu mais poderes ao presidente para cassar mandatos e direitos políticos, além de estabelecer **eleições indiretas para presidente** e extinguir todos os partidos políticos existentes (PSD, PTB, UDN etc.). O governo implementou o **bipartidarismo**, ou seja, permitia-se a criação de apenas dois partidos: um de apoio ao regime, batizado de **Aliança Renovadora Nacional** (Arena), e um de oposição consentida ao regime, o **Movimento Democrático Brasileiro** (MDB).
- **Ato Institucional nº 3** – estabeleceu o fim das eleições diretas para prefeitos das capitais e governadores, sendo os primeiros escolhidos pelos últimos. Estes, por sua vez, eram indicados pelo próprio presidente da República e referendado pelas Assembleias Legislativas estaduais.
- **Ato Institucional nº 4** – convocou o Congresso em caráter extraordinário para discutir e aprovar uma nova Constituição. O projeto constitucional foi redigido por 4 juristas e referendado pela maioria arenista no Congresso. Em 24 de janeiro de 1967 foi **promulgada uma nova Constituição**, que absorvia os Atos Institucionais anteriores e fortalecia o Executivo em detrimento dos demais poderes.
- **Lei de Segurança Nacional** – aprovada em 1967, passou a ser utilizada para enquadrar os adversários do regime militar.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

A doutrina da Segurança Nacional foi criada após a Segunda Guerra Mundial, no início da Guerra Fria, por oficiais norte-americanos com a cooperação de dirigentes da América Latina. O comunismo, simbolizado pela URSS, passou a ser considerado um “inimigo permanente” [...].

No Brasil, a questão da segurança nacional esteve ligada à Escola Superior de Guerra, criada em agosto de 1949 por decreto presidencial do general Eurico Gaspar Dutra, O direito de segurança nacional nos anos 1950 vinculava-se à oposição entre Ocidente (países capitalistas liderados pelos EUA) e Oriente (a URSS e a China).

Na década de 1960, em nome da segurança nacional, a ideologia dentro das Forças Armadas defendia a importância do planejamento e do controle estratégico. Em outras palavras, justificava-se a progressiva militarização de todos os níveis da sociedade. Quanto mais se aprofundava a crise brasileira, mais espaço a doutrina conquistava no interior das Forças Armadas. E para alcançar seu objetivo era preciso “coletar e analisar informações pertinentes à contrainformação e à informação sobre as questões de subversão interna [...]”.

Fonte: KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil no contexto da história ocidental: ensino médio*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2003. p. 515.



Políticas econômicas e sociais

Do ponto de vista econômico, o regime militar foi marcado por herdar a desenfreada inflação do período democrático. Escolhidos pelo governo Castello Branco, os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões atribuíram este quadro aos níveis salariais e o crescente déficit público.



Como remédio, foi organizado um programa econômico intitulado **Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg)**, que buscou a estabilidade econômica a partir do favorecimento do capital estrangeiro, corte de empréstimos e redução dos salários. Assim, em 1964, foi criado o **Conselho Monetário Nacional (CMN)**, órgão que passa a obter a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito. A nova política econômica teve êxito em reduzir a inflação, mas isso foi acompanhado de uma elevação do custo de vida.

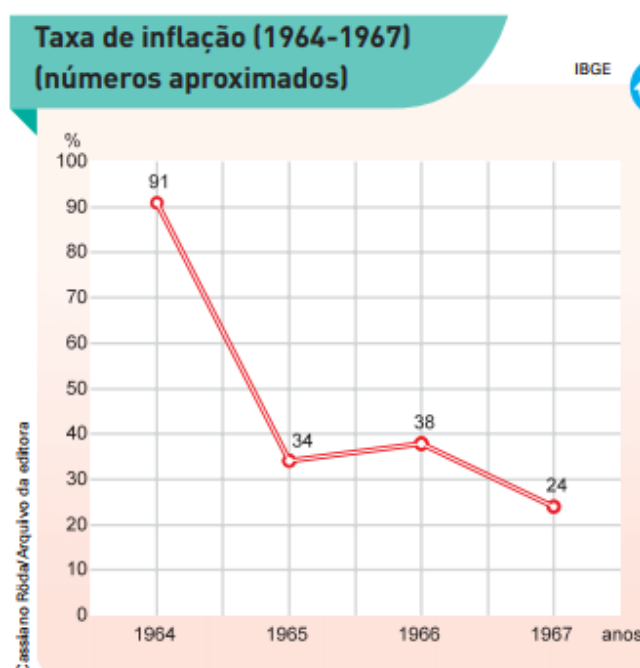


Figura 1 - Redução da Inflação durante o governo Castello Branco. Fonte: VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 199.

Embora sugerisse a contenção de gastos, o governo também dedicou atenção à criação de novos órgãos voltados às questões sociais, que mantiveram a tradição intervencionista do Estado brasileiro. Um deles foi o **Banco Nacional da Habitação (BNH)**, com o intuito de gerir e financiar uma política destinada a “*promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda*”, bem como a ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil.²

² VALADARES, Lícia do Prado. BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO BNH). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>>. Acesso em: 22 maio 2020.

O governo federal decretou o fim da estabilidade benefício concedido no período para qualquer trabalhador que completasse dez anos de trabalho na mesma empresa – ou seja, após esse prazo, não poderia mais ser demitido. Em substituição, foi criado o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, que garantia certa proteção aos assalariados demitidos sem justa causa, independentemente do tempo de serviço. O fundo era pago pelos empresários e retirado pelos trabalhadores em caso de demissão.

Outra medida foi a criação, em 1966, do **Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)**, que extinguiu os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e unificou o sistema previdenciário, exceto para funcionários públicos civis e militares. No ano seguinte, o INPS garantiu das empresas privadas o seguro de acidentes de trabalho.

Ainda tratando das questões relativas ao mundo do trabalho, o governo Castello Branco foi o responsável pela criação do **Estatuto da Terra** (Lei n. 4.504), que disciplinou o uso da terra e definiu os conceitos de reforma agrária e módulo rural³. Por fim, também foi aprovada uma emenda constitucional que permitia a desapropriação de terras com pagamentos em títulos da dívida pública, uma das causas da crise que depôs o ex-presidente João Goulart. Também encerrou a Política Externa Independente mantida pelos dois últimos países ao romper relações com Cuba e se alinhar aos Estados Unidos.



Governo Castello Branco – Principais medidas:

- *Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg);*
- *Banco Nacional de Habitação (BNH);*
- *Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS)*
- *Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)*

2.2. O GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

Quando o mandato de Castello chegava ao fim, o comando militar escolheu como seu sucessor o marechal Arthur da Costa e Silva, então ministro da Guerra e um dos membros da chamada “linha-dura”. O Congresso Nacional, composto por uma maioria arenista, ratificou a decisão.

Neste momento, contudo, os protestos de oposição se intensificaram, seja por setores contrários às medidas que suprimiam liberdades individuais, seja por trabalhadores afetados pelas medidas econômicas adotadas pelo regime. Estes últimos agiam em resposta à política de contenção de “arrocho” salarial iniciada por Castello e continuada pelo seu sucessor.

³ Unidade de medida agrária.

Diante das medidas enérgicas tomadas para a contenção de um ato oposicionista em Brasília, em 1968, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, proferiu um discurso crítico ao regime na Câmara dos Deputados.

As Forças Armadas solicitaram que o político fosse processado, o que foi negado pelos seus colegas. Foi a gota d'água para que o governo determinasse, em dezembro de 1968, o **fechamento do Congresso Nacional** por tempo ilimitado e a cassação de Moreira Alves e de outros colegas. Também editou o **Ato Institucional nº 5**, que conferiu amplos poderes ao presidente da República para enquadrar opositores, decretar estado de sítio, intervir em estados e municípios, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir funcionários públicos etc.⁴



Figura 2 - O marechal Costa e Silva sentado no Congresso Nacional., após a decretação do AI-5.
Fonte: Revista Veja, capa da edição de 18 de dezembro de 1968.

Principais iniciativas

Dentre as principais medidas do governo Costa e Silva, pode-se destacar a articulação do **Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)**, órgão dedicado à alfabetização dos adultos. Seu lançamento, no entanto, se deu no governo seguinte.

Em relação à política indigenista, o governo extinguiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que havia sido criado em 1910, e o substituiu pela **Fundação Nacional do Índio (Funai)**. Em agosto de 1968 foi criada a **Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)**, com o intuito de desenvolver a indústria de material aeronáutico no país.



Governo Costa e Silva – Principais medidas:

- *Decretação do AI-5;*
- *Fechamento do Congresso Nacional;*
- *Criação da Funai, do Mobral e da Embraer*
- *Continuidade da política salarial de Castello.*

⁴ COTRIM, Gilberto. *História global*, volume único. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 779.

Em 31 de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva se afastou da presidência após sofrer uma trombose cerebral. A Constituição estabelecia que seu vice, o civil Pedro Aleixo, assumisse o poder, o que foi impedido pelos militares. Uma junta formada por ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica governou o país até outubro de 1969, quando o Congresso foi reaberto para escolher o novo presidente.

2.3. O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

O grave quadro de saúde de Costa e Silva levou o alto comando militar a escolher o general Emílio Garrastazu Médici para sucedê-lo, que tomou posse em 30 de outubro de 1969. É neste período em que o regime se recrudescceu diante da ação das oposições, fossem elas liberais, socialistas ou comunistas.

Também se verificou a radicalização de parte das esquerdas, que inspiradas pela Revolução Cubana e outras experiências revolucionárias, pegaram em armas para a promoção de guerrilhas no campo e nas cidades. Todos esses movimentos, no entanto, foram severamente desarticulados.

A política econômica: o “milagre brasileiro”

O período que se inicia no final do governo Costa e Silva, em 1968, e se estende até o ano de 1973, o PIB real subiu à taxa média de 11,2%. As indústrias automobilística e de eletroeletrônicos, bem como a construção civil, apresentaram taxas de crescimento superiores a 20% ao ano. As exportações tiveram aumentos de 32% ao ano.



Para além dos números, verificou-se no período o surgimento de uma indústria petroquímica, da indústria de telecomunicações, a expansão das rodovias e do complexo hidrelétrico, o desenvolvimento do sistema bancário e o aumento da produção agrícola. Parte dos investimentos foi ao encontro do **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDI)**, nome dado ao plano econômico do governo Médici. Vejamos algumas iniciativas do período:

- Assinatura do Tratado de Itaipu (1973), assinado entre o Brasil e Paraguai e que formalizou a construção da **usina hidrelétrica de Itaipu**;
- Conclusão de negociações para a construção de um gasoduto entre Brasil e Bolívia.
- Criação do **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**, que promoveu a expansão da fronteira agrícola.
- Ampliação para 200 milhas do mar territorial brasileiro;
- Diversas ações que objetivavam a ocupação e a **integração da Amazônia com o restante do país**, tais como a criação do Estatuto do Índio, a institucionalização do Projeto Rondon (voltado para ações de assistência social) e a execução do Projeto Radam, de levantamento aerofotogramétrico da região. Por fim, atribuiu-se ao Ministério dos Transportes a construção da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

- Criação do **Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural)**, que estabelecia salário mínimo e aposentadoria para trabalhadores do campo.
- Criação do **Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra)**, com o intuito de desapropriar grandes propriedades a partir da concessão de indenizações e reparti-las em glebas para que pudessem ser vendidas a pequenos e médios agricultores;
- Criação do Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap), que objetivava eliminar o déficit habitacional das famílias de baixa renda e estimular a construção civil.
- Entrega da ponte Rio-Niterói.

Os resultados positivos verificados nos índices econômicos fizeram com que o período ficasse conhecido como **“milagre brasileiro”**. Eles são atribuídos ao ministro da Fazenda de Costa e Silva e Médici, **Antônio Delfim Netto**. A preocupação em conter a inflação, marca do período inicial do regime, deu lugar ao esforço pelo crescimento econômico coordenado pelo Estado e com a participação de multinacionais, algo muito semelhante ao governo JK.

Convertido a um imenso canteiro de obras, o Brasil foi tomado por uma onda de euforia desenvolvimentista. Para muitos, era a concretização do seu destino de potência mundial; ideia amplamente difundida pela **Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp)**, agência de propaganda criada para difundir o otimismo entre os brasileiros. A ela se deve a produção de diversos comerciais e slogans ufanistas: *Pra frente, Brasil. Ninguém segura este país. O futuro chegou. Brasil, terra de oportunidades. Brasil, potência emergente. Brasil: ame-o ou deixe-o.*⁵

Este ciclo de crescimento econômico teve duas consequências negativas para o país: o aumento do endividamento externo, com o intuito de se obter recursos e tecnologias estrangeiras, e a concentração de renda, a partir do congelamento de salários. Como reconheceria o próprio presidente, *“a economia vai bem, mas o povo vai mal”*.



Figura 3 - Peça publicitária produzida pela Aerp. Fonte: Wikimedia commons.

TOME
NOTA!



Governo Médici – Principais características:

- *“Milagre econômico”*: crescimento do PIB, da dívida externa e da concentração de renda.
- *“Obras faraônicas”*: Itaipu, Transamazônica, ponte Rio-Niterói;
- *Preocupação em ocupar e integrar a Amazônia;*
- *Direitos trabalhistas para o trabalhador do campo e tímidas iniciativas voltadas à promoção de uma reforma agrária.*

⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 81.

2.4. O GOVERNO GEISEL (1974-1979)

Ao final do mandato Médici, o comando militar escolheu o nome do general “castellista” Ernesto Geisel para sucedê-lo na presidência da República. A oposição emedebista, no entanto, resolveu lançar um “anticandidato”, o **deputado Ulysses Guimarães**, com o intuito de denunciar os vícios do processo eleitoral. Geisel foi eleito pelo Colégio Eleitoral pela maioria arenista.

O governo Geisel, conforme veremos a seguir, merece destaque por três aspectos: a política interna, marcada pela reabertura política; a política externa, diferente da mantida pelos antecessores; e pela política econômica, que representou o fim do milagre econômico.

A política externa e o início da abertura política

Diferentemente de seus antecessores, Geisel questionou a continuidade do alinhamento irrestrito aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Com isso, orientou o Itamaraty a deixar um pouco de lado as questões ideológicas, afinal de contas nem tudo que era interessante aos norte-americanos convinha aos interesses nacionais. O país passou a intensificar relações com outros países da África, Ásia e Europa, tais como a Arábia Saudita, Iraque, Líbia, Argélia, Moçambique, Guiné Equatorial. Além disso,



- Foi o primeiro do mundo a **reconhecer a independência de Angola e do Moçambique**;
- Legitimou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como representante do povo palestino;
- **Estabeleceu relações diplomáticas com a China comunista**;
- **Firmou acordos de cooperação comercial e estratégia com a Alemanha Ocidental e o Japão.**

Por buscar uma postura mais autônoma do conflito ideológico existente entre Estados Unidos e União Soviética no período, a política externa de Geisel ficou conhecida como **pragmatismo ecumênico e responsável**, ou seja, possuía um viés prático e capaz de envolver múltiplos credos e ideologias.

Internamente, o governo Geisel foi marcado por dar início ao **processo de reabertura política**, também chamado de distensão. Em 1974, o governo anunciou que daria início a abertura política do regime, de *maneira “lenta, gradual e segura”*. A iniciativa vinha ao encontro de pressões da sociedade civil, que diante da derrota da “ameaça vermelha” e do fim da bonança dos tempos do “milagre”, passam a exigir o fim do regime militar.

Algumas organizações encabeçavam a oposição, tais como:

- a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB);
- a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- a Associação Brasileira de Imprensa (ABI);
- e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

A sinalização de Geisel para a reabertura política não era consensual entre os militares, afinal membros da “linha-dura” continuaram a conservar os aparatos de repressão política. As mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em 1976, ambas nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) chamaram a atenção da opinião pública e contribuíram para o crescimento da oposição ao regime.

Geisel esperava que a liberalização do regime favorecesse o ARENA, mas as **eleições de 1974** foram marcadas pelo crescimento do MDB, que conquistou 16 das 22 vagas do Senado. A essa altura, o partido havia abandonado a postura de oposição moderada ao canalizar as insatisfações da sociedade civil a partir de inflamados discursos contra o regime.

Como reação às vitórias da oposição, o governo aprovou a **Lei Falcão**, legislação que proibia a realização de debates eleitorais. Os candidatos não puderam mais aparecer ao vivo na televisão ou no rádio, onde deveriam apenas informar o seu currículo. O silenciamento dos emedebistas rendeu vitórias expressivas ao Arena nas eleições municipais de 1976, que conquistou diversas prefeituras e cadeiras nas câmaras de vereadores.

Além das mudanças na propaganda eleitoral, outro impasse do processo de “distensão” do regime foi a aprovação do chamado “**pacote de abril**”, conjunto de decretos que buscaram favorecer a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Para promover sua edição, o presidente se utilizou do AI-5 e suspendeu o Congresso por duas semanas. Vejamos seus principais pontos:

- estabelecimento de **eleições indiretas para governador**, o que evitava a mobilização popular pelo MDB;
- **eleições indiretas para um senador por estado**. Apelidados de “biônicos”, a escolha desses senadores possibilitava ao regime obter maioria no Congresso.
- **ampliação do mandato presidencial**, a ser escolhido indiretamente em 1978, de cinco para seis anos.
- ampliação das bancadas do Norte e Nordeste na Câmara, regiões onde o Arena dispunha de maior força eleitoral.
- criação do Estado do Mato Grosso do Sul.
- extensão da Lei Falcão às eleições estaduais e federais, o que restringia a propaganda eleitoral.
- **criação das sublegendas para eleições diretas para senador**, o que permitia aos partidos apresentar mais de um candidato.



Figura 4 - Charge publicada em 1977 critica o Pacote de Abril, imposto pelo regime militar. Fonte: Agência Senado.

Lançando mãos desses recursos, o regime conseguiu manter o controle do Congresso Nacional, enquanto o MDB representava um pouco mais de um terço do Senado. Contudo, o partido de oposição estreitava seus laços com a sociedade civil organizada, recebendo apoio de organizações estudantis, que se fortaleceram no período, entidades religiosas, associações de bairro e organizações de classe.

Ao final do mandato Geisel, os trabalhadores voltaram à cena pública. Nos anos de 1978 e 1979, foram organizadas expressivas **greves de metalúrgicos na região do ABC paulista**, que inclui as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema. Outras classes de diversas partes do país também organizaram paralisações para reivindicar reajuste salarial de 34%, que foi acatado pelo governo.

Apesar dos esforços de frear o crescimento da oposição, o MDB superou o número de arenistas no Senado e quase igualou o partido governista na Câmara dos Deputados nas eleições de novembro 1978. Pressionado, Geisel deu um passo a mais no processo de reabertura, em outubro de 1978, quando **revogou o AI-5 e todos os demais atos institucionais**.

O fim do “milagre brasileiro”

O governo Médici foi marcado pelo **esgotamento do “milagre econômico”**, resultado do aumento da dívida externa do país e da **crise do petróleo de 1973**. Essa se deu após a pressão realizada pelos países árabes, principais produtores da matéria-prima, que buscaram cessar as pretensões expansionistas de Israel. E com o preço do barril de petróleo saltando de US\$ 2,90 para US\$ 11,65, o Brasil, que dependia das importações petrolíferas, foi gravemente abatido.

Para contornar o aumento da inflação e a queda das importações, Geisel elaborou o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)**, que fortaleceu as estatais como principais impulsionadoras do desenvolvimento econômico do país. O presidente rompia com o viés liberal-internacionalista de governos anteriores, optando pelo uso de recursos públicos para impulsionar a retomada do crescimento. Vejamos algumas de suas iniciativas:



- **Programa Nacional do Álcool (Proálcool)**: para substituir a gasolina, combustível derivado do petróleo, o governo estimulou a produção de álcool no Brasil.
- **Programa Nuclear Brasileiro**: estimulado a partir de 1975, quando o Brasil assinou um acordo com a Alemanha Ocidental (**Acordo Nuclear Brasil-Alemanha**) para que fosse instalada uma usina de enriquecimento de urânio no país, além de centrais termelétricas.⁶

⁶ COTRIM, Gilberto. *História global*, volume único. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 784.

Os largos recursos investidos em obras públicas foram comprometidos com uma **segunda crise do petróleo (1979)**, que consumiu as reservas brasileiras e levou o governo a solicitar empréstimos no exterior, aumentando a dívida externa.



Governo Geisel – Principais características:

- *Início do processo de abertura política (distensão);*
- *Política externa marcada pelo “pragmatismo ecumênico e responsável”;*
- *Fim do “milagre brasileiro” → aumento da dívida externa;*
- *II Plano Nacional de Desenvolvimento → ênfase na produção de energia:*
 - *Início da construção da usina de Tucuruí;*
 - *Criação do Proálcool e ratificação do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.*

2.5. O GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1984)

Para suceder Geisel e dar continuidade ao processo de reabertura política, foi nomeado como presidente o general João Batista de Oliveira de Figueiredo. Logo no início de seu mandato, Figueiredo aprovou a **Lei da Anistia**, que estabelecia uma “**anistia ampla, geral e irrestrita**”. Com isso, eram anistiados não somente adversários do regime, mas também os seus agentes.

A lei impedia que civis promovessem reparações nos anos seguintes, algo que era considerado “revanchismo” pelos militares. A anistia beneficiou pessoas formalmente processadas, mas não aqueles que sofreram prisões não oficializadas, demissões e aposentadorias compulsórias. Ganharam liberdade condicional aqueles que cumpriram pena por ações armadas, chamadas de “crimes de sangue.

A continuidade da crise econômica

Paralela à continuidade da abertura política iniciada no governo anterior, o governo Figueiredo também foi marcado pelo agravamento da situação econômica do país, que tinha a frente o Ministro do Planejamento Delfim Moreira. De acordo com o historiador Gilberto Cotrim⁷, os principais problemas na área eram:

- **hiperinflação** – a inflação bateu recordes históricos, superando a cifra de 200% ao ano. Tal quadro agravou a condição de vida dos trabalhadores, afetada pela elevação dos itens básicos.

⁷ Idem, p. 787.



- **desemprego** – a falta de investimento no setor produtivo contribuiu para a redução do crescimento econômico, e conseqüentemente, da oferta de empregos. A situação se tornou tão desesperadora que eram comuns saques a lojas e supermercados no período.
- **dívida externa** – os sucessivos empréstimos contraídos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram crescer o endividamento do país e a influência dos banqueiros internacionais, que impunham medidas de contenção de gastos para conceder os recursos solicitados.

O retorno dos partidos e a campanha das “Diretas Já!”

Em dezembro de 1979 foi **extinto o bipartidarismo no Brasil**, dando lugar ao surgimento de diversos novos partidos (**pluripartidarismo**). Vejamos algumas legendas criadas no período, algumas por ex-presos políticos e indivíduos que retornavam do exílio:



Partido Democrático Social (PDS)

- Extinto o Arena, passou a abrigar a maioria dos apoiadores do regime.
- Principais lideranças: Paulo Maluf, Aureliano Chaves e Mário Andreazza.



Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

- Conservou a maioria da oposição ao regime militar e alguns dissidentes do Arena, que por poucos meses organizaram o Partido Popular (PP).
- Principais lideranças: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Franco Montoro.



Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

- Alegou retomar a tradição do trabalhismo brasileiro, mas operou como linha auxiliar do PDS.
- Principais lideranças: Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio) e Jânio Quadros.



Partido Democrático Trabalhista (PDT)

- Após o TSE negar a concessão do PTB, foi fundado por Leonel Brizola. Era o partido que encarnou a herança trabalhista de Vargas e João Goulart.
- Principais lideranças: Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Abdias do Nascimento.



Partido dos Trabalhadores (PT)

- Reuniu o movimento sindical do ABC, intelectuais de esquerda e membros da Igreja.
- Principais lideranças: Luís Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e José Dirceu.

Ao autorizar o retorno do pluripartidarismo, o regime militar esperava que isso pulverizaria a oposição, o que não aconteceu. Em 1982 ocorreram eleições diretas para governador – as primeiras desde 1965 – nas quais candidatos da oposição se saíram melhor nos estados mais populosos, tais como São Paulo, Paraná, Pará, Mato Grosso do Sul, Acre e

Goiás. No Rio de Janeiro, foi eleito como governador Leonel Brizola (PDT), e em Minas, Tancredo Neves (PMDB).

Em novembro, de 1983, o peemedebista **Ulysses Guimarães** deu início a um movimento político para restabelecer eleições diretas para presidente da República. Conhecida como **Diretas Já!**, a campanha contou com grandes comícios organizados pelo PMDB, PT e PDT. Para evitar que o vermelho dos partidos de esquerda dominasse os atos públicos, a cor amarela foi escolhida para simbolizar a campanha, ainda que Lula e Brizola fossem seus principais oradores.

O deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso, apresentou uma **emenda constitucional** que restabeleceria eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, mas não obteve o quórum necessário para sua aprovação. Diante da derrota, a disputa presidencial, foi, mais uma vez, realizada no Congresso. Mas naquele contexto, a eleição de um civil poderia dar fim a mais de duas décadas de regime militar.

Nomes da oposição apoiaram a candidatura de **Tancredo Neves (PMDB-MG)**, então governador de Minas Gerais, enquanto a base do regime escolheu o ex-governador de São Paulo, **Paulo Maluf (PDS-SP)**. Ele havia derrotado na convenção de seu partido o coronel Mário Andreazza, candidato da preferência de Figueiredo.

Para conseguir vencer a maioria situacionista na Câmara, Tancredo costurou uma aliança com o maranhense **José Sarney**, que deixou a presidente do PDS ao discordar da escolha de Maluf. Juntamente com outros dissidentes do partido, Sarney formou a Frente Liberal e saiu como vice na chapa encabeçada por Tancredo na eleição presidencial.

O PMDB, partidos de oposição (o PT não apoiou) e a Frente Liberal formaram a Aliança Democrática, que venceu as eleições ao conquistar 480 votos, contra 180 de Maluf. A três meses de sua posse, Tancredo tinha que montar um novo governo e formalizar o início da Nova República, com a promessa de reconstruir a democracia, a estabilidade institucional e estabilizar a economia.

O que poucos sabiam era que o presidente eleito se encontrava gravemente doente naquele contexto. Aos 75 anos de idade, Tancredo optou por esconder sua condição de saúde diante do processo dramático em que o país estava. Às vésperas da posse, foi internado no Hospital de Base, em Brasília, para uma cirurgia de emergência. Seu estado era grave, o que o forçou a permitir que Sarney tomasse posse em seu lugar. No dia 21 de abril, após ser internado no Instituto do Coração, em São Paulo, sua morte foi anunciada ao país.



Figura 5 - Tancredo Neves, um dos articuladores da redemocratização.



Governo Figueiredo – Principais características:

- *Agravamento dos problemas econômicos: hiperinflação e dívida externa;*
- *Continuidade da reabertura: Lei da Anistia, pluripartidarismo e eleições diretas para governador e senador;*
- *Campanha Diretas Já: Emenda Dante de Oliveira derrotada. Tancredo Neves, nome da oposição, vence a eleição indireta (1985).*



Governo Castello Branco (1964-1967)



Governo Costa e Silva (1967-1969)



Governo Médici (1969-1974)



Governo Geisel (1974-1979)



Governo Figueiredo (1979-1984)

3. A NOVA REPÚBLICA (1985-2020)

Na última parte da nossa jornada pela história do Brasil, falaremos sobre governos da chamada Nova República, período marcado pela consolidação do regime democrático e o retorno das elites políticas no comando do país. Ele se inicia com a posse de José Sarney, em março de 1985, e se estende até os dias atuais, momento em que o comando do país se encontra centralizado na figura do presidente Jair Bolsonaro.

Sendo assim, o período foi marcado pela posse de oito presidentes da República:



Governo Sarney (1985-1990)



Governo Collor (1990-1992)



Governo Itamar (1992-1994)



Governo FHC (1994-2002)



Governo Lula (2003-2010)



Governo Dilma Rousseff (2011-2016)



Governo Temer (2016-2019)



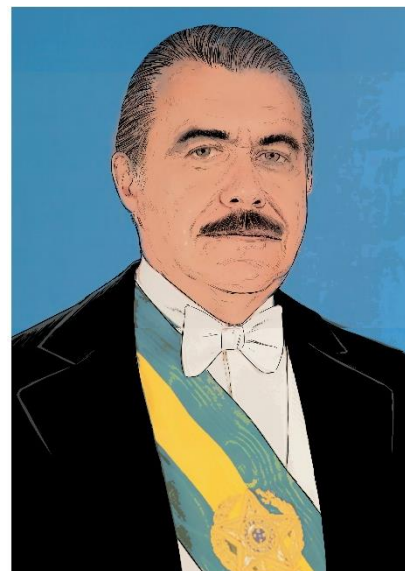
Governo Bolsonaro (2019 -)

Tendo em vista o perfil da prova da ESA, são poucas as chances de nos depararmos com questões que abordem os governos petistas e seus sucessores. Assim sendo, iremos abordar somente os governos Sarney, Collor, Itamar e FHC, especialmente suas políticas econômicas. Vamos lá?

3.1. O GOVERNO SARNEY (1985-1990)

Diante da impossibilidade de Tancredo Neves ser empossado, Sarney assumiu a presidência em caráter interino, no dia 15 de março de 1985. Para muitos atores políticos que se envolveram no processo de redemocratização, ver a cadeira presidencial ser ocupada por um político ligado ao Arena, partido de apoio ao regime militar, era uma verdadeira frustração.

Apesar do temor de que os militares mantivessem influência em seu governo, Sarney tomou medidas consideradas democratizantes. Como presidente interino, suspendeu concessões de rádio e televisão autorizadas pelo governo Figueiredo, reabilitou dirigentes sindicais que haviam perdido seus mandatos por razões políticas, estendeu o direito de voto aos analfabetos, legalizou os partidos comunistas e alterou a legislação eleitoral para favorecer a criação de novos partidos. Por fim, estabeleceu eleições diretas, em dois turnos, para presidente e para municípios considerados “áreas de segurança nacional”⁸ pelo regime militar.



O Plano Cruzado

No momento em que Sarney assumiu a presidência, a inflação chegou a 10%. O aumento dos preços era alarmante, afetando sobretudo a população mais pobre. Era comum entre os trabalhadores o hábito de se dirigir rapidamente aos mercados em dia de pagamento, pois era certo que os preços sofreriam um reajuste no dia seguinte. Para reverter este cenário, o governo criou o **Plano Cruzado**, que **introduzia uma nova moeda, o cruzado**, e congelava salários, preços e taxa de câmbio. O salário mínimo foi reajustado em 15%, sendo anunciada a possibilidade de reajuste sempre que a inflação chegasse a 20% – o chamado **gatilho salarial**.

O Plano Cruzado trouxe mudanças positivas. A inflação e os índices de desemprego diminuíram, ao passo que o consumo aumentou. Algumas pessoas passaram a se identificar como “**fiscais do Sarney**”, inspecionando preços das mercadorias nos estabelecimentos comerciais. Quando se deparavam com valores incompatíveis com os estipulados pela **Superintendência de Abastecimento e Preços (Sunab)**, a polícia era acionada para efetuar a prisão do dono ou do gerente do mercado. Com isso, ao longo de 30 dias após a criação do Plano, 6 mil lojas foram autuadas após serem denunciadas para a Sunab.



Figura 6 - Botão utilizado pelos “fiscais do Sarney”.

⁸ A partir do governo Costa e Silva, alguns municípios passaram a ter seus representantes escolhidos por indicação do governador. A justificativa do regime era que os limites de alguns deles coincidiam com áreas militares, estâncias hidrominerais, hidrelétricas, portos e grandes parques industriais.

Quatro meses após seu lançamento, as estratégias do Plano Cruzado começaram a perder força, pois com a explosão do consumo, algumas mercadorias começaram a desaparecer das prateleiras, seja pela incapacidade de suprir à demanda, seja pelo boicote de produtores. O congelamento dos preços dos preços foi dobrado por comerciantes com o **ágio**, ou seja, vendia-se a mercadoria pelo preço tabelado, mas o consumidor deveria pagar uma quantia extra para obtê-lo em meia a tanta escassez. Nada mais era do que o retorno disfarçado da inflação.

O consumo desenfreado levou a produção nacional a se voltar para o mercado interno e diminuir as exportações. Isso diminuiu a capacidade do Brasil de pagar sua dívida externa, o que levou o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, a **declarar a moratória** (suspensão do pagamento dos juros da dívida externa).

O Plano Cruzado II

Sarney manteve os preços congelados até novembro, tendo em vista as eleições gerais. Seu partido o PMDB, obteve larga vitória, conquistando 22 dos 23 governos estaduais 38 das 49 cadeiras do Senado e 260 das 487 cadeiras da Câmara dos Deputados. Passada a eleição, o presidente anunciou o **Plano Cruzado II**, pautado nos seguintes pontos:

- liberação de alguns produtos do congelamento;
- elevação de 80% nos preços dos automóveis;
- aumento das tarifas de energia elétrica, telefone e correio;
- aumento de impostos sobre cigarros e bebidas.

Não demorou muito para que o novo plano desse sinais de fracasso. A inflação saltou de 6,37%, em agosto de 1986, para 14,4%, em maio de 1987. Funaro se demitiu em 26 de abril de 1987, sendo substituído por Luís Carlos Bresser Pereira. Sob a acusação de que teria sido promovido “estelionato eleitoral” com o plano econômico, a popularidade de Sarney começou a despencar.

O Plano Bresser

Em 29 de abril de 1987, Bresser Pereira assumiu a pasta da Fazenda. Para reverter o crescimento da inflação, criou um novo plano econômico, o Plano Bresser, que congelou os preços por dois meses, aumentou as tarifas e impostos e extinguiu o gatilho salarial. O governo retomou negociações com o FMI, suspendendo a moratória para honrar seus compromissos. Contudo, a inflação de 1987 foi de 366%, levando à demissão do novo ministro.





Figura 7 - Cédula de mil cruzados na época do Plano Bresser.

Da política do “arroz com feijão” ao Plano Verão

O sucessor de Bresser, Maílson da Nóbrega, não buscou a implementação de nenhum plano econômico ousado, daí suas decisões ficarem conhecidas como “arroz com feijão”. Nesse período, o governo passou a sugerir que sua preocupação maior era fazer “Tudo pelo social”, mas a política econômica conduzida pelo ministro, baseada na abertura da economia para o capital externo, no corte de gastos e na privatização de estatais, contribuiu para a corrosão do salário mínimo e o declínio da produção e do consumo.



Figura 8 - KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 568.

No início do ano de 1989, o governo lançou seu último plano econômico, o Plano Verão. A partir dele, foi criado o “cruzado novo”, que cortou três zeros no cruzado anterior, restabeleceu o congelamento de preços e buscou a contenção de gastos.

Diante de sucessivos planos econômicos fracassados, a população não se mostrou receptiva ao Plano Verão. Em dezembro de 1989, a inflação atingiu 53,55%, acumulando, no ano, a taxa de 1782,4%. O governo Sarney se encerrou com uma dívida de um trilhão e quinhentos e trinta bilhões de cruzados novos.

A Constituição de 1988

Apesar da crise econômica, o maior legado do período foi a formulação de um novo texto constitucional para o país. A Assembleia Constituinte, responsável pela feitura do documento, foi instaurada no dia 1º de fevereiro de 1987, encerrando seus trabalhos em outubro de 1988. Se afastando dos tempos do regime militar, seu objetivo maior era a criação de instituições democráticas e sólidas o suficiente para que os cidadãos tivessem seus direitos fundamentais resguardados.

Apelidada de “**Constituição Cidadã**”, a Constituição de 1988 é a mais extensa de nossa história – são 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias –, além de ser a que teve maior duração no período republicano. Vale a pena listarmos algumas de suas características:

- democracia liberal com separação e independência entre poderes;
- voto obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos; facultativo a **analfabetos**, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas com mais de 70;
- fim da censura prévia, garantia do direito de greve, liberdade sindical;
- nacionalismo econômico, reservando-se uma série de atividades às empresas nacionais;
- intervenção do Estado na economia, atribuindo-se a ele uma série de funções reguladoras e gerenciadoras;
- amplo assistencialismo social, garantindo-se os direitos trabalhistas;
- descentralização administrativa e financeira, afetando estados e municípios;
- artigos que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes.⁹



A Constituição de 1988 e os povos indígenas

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

A Constituição de 1988, diferente de todas as anteriores, não considera o indígena como alguém “relativamente incapaz” e que deve ser tutelado pelo Estado, mas como um cidadão brasileiro, cuja autonomia e direitos devem ser respeitados. O texto estabelece dois novos marcos definidores das relações entre Estado, sociedade e povos indígenas: o **direito à diferença**, ou seja, que as organizações sociais, línguas, costumes e tradições indígenas devem ser respeitados, e o **direito à terra**, considerada espaço tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas antes mesmo da formação do Estado.

⁹ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2013. p. 253.



A campanha de 1989

Sarney chegou ao final de seu mandato com baixos índices de aprovação – segundo uma pesquisa do Datafolha, 56% dos entrevistados consideravam seu governo ruim ou péssimo. Dentre os candidatos à presidência, nenhum deles tentou defender os feitos de seu governo.

Foram registradas 22 chapas de candidatos a presidente e vice-presidente, formadas a partir de coligações feitas por 29 partidos políticos. Os candidatos tinham entre 40 e 73 anos, sendo o mais velho deles Ulysses Guimarães, deputado federal pelo PMDB e figura chave no processo de redemocratização. Entre os mais novos estava **Fernando Collor de Mello**, do Partido da Renovação Nacional. Outros candidatos emblemáticos também disputaram o pleito, como Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS) e Ronaldo Caiado (DEM).

Embora Collor fosse membro de uma família política tradicional do Alagoas, foi considerado novato no jogo político, conquistando o apoio dos empresários ao se colocar favorável a reformas econômicas e administrativas de inspiração liberal. Ao longo da campanha, galgou a imagem de líder corajoso, moderno e moralizador; um “caçador de marajás”¹⁰ e defensor dos “descamisados”.

Fernando Collor chegou ao segundo turno, juntamente com o ex-líder sindicalista **Luiz Inácio Lula da Silva**, do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula, como era conhecido, cresceu nas pesquisas ao se colocar como um crítico ao funcionamento do Estado, que favorecia sobretudo interesses privados. Ele também criticava a tradicional esquerda trabalhista, que tinha como Brizola seu principal representante.

Os embates do segundo turno ocorreram no contexto da crise dos regimes socialistas no Leste Europeu e da queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989. Collor subiu o tom de sua campanha, criticando ainda mais o governo Sarney e tachando Lula de “estatista” e “socialista”. Também divulgou um depoimento de Miriam Cordeiro, ex-namorada do adversário, que o acusou de sugerir um aborto ao descobrir-se grávida. Misturando um discurso moralista e modernizante, Collor foi eleito presidente da República com 49,84% dos votos, contra 44,23% de Lula.

¹⁰ Forma utilizada por Collor para definir funcionários e empresas públicas cujos gastos seriam excessivos. Marajá era um título dado aos antigos príncipes indianos.



3.2. O GOVERNO COLLOR (1990-1992)

Um dia após tomar posse, Collor solicitou à nova equipe econômica, coordenada pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que anunciasse o Plano Brasil Novo, eternizado como **Plano Collor**. Visando o combate da hiperinflação do país, que alcançou a marca de 2751,34% ao ano, o programa extinguiu o cruzado e restituiu a moeda anterior, o **cruzeiro**. Contudo, sua medida mais polêmica foi o bloqueio, nos bancos, de parte das contas-correntes, de aplicações financeiras e cadernetas de poupança para conter a **hiperinflação**¹¹.

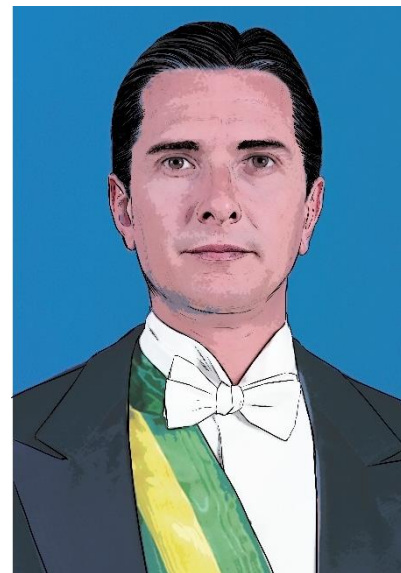
Segundo o governo, o dinheiro confiscado seria restituído em prestações após dezoito meses, o que significava a redução real de seu valor. De acordo com especialistas da época, o governo retirava 95 bilhões de dólares de contas-corrente, aplicações e poupanças, o equivalente a 80% de todo o dinheiro circulante em bancos.

Para aplicar seu projeto de modernização do país, Collor deu início a um processo de **abertura da economia para o capital estrangeiro e mercadorias**. Também buscou diminuir os gastos públicos, demitindo funcionários e extinguindo empresas públicas, fundações e autarquias.

Para muitos economistas, o governo Collor teve como marca o **neoliberalismo**, nome dado à tendência observada em vários países após as crises do petróleo da década de 1970, nos quais o Estado busca a **mínima intervenção na economia**.

Pautados pelo ideal de **modernização industrial e crescimento econômico**, os neoliberais buscaram cortar gastos dos governos, aplicar um vasto programa de privatizações e estimular o livre comércio e a abertura de capital. Para seus críticos, a agenda neoliberal **acirrava as desigualdades sociais**, pois o crescimento econômico não era acompanhado de distribuição das riquezas.

É importante destacar que a aplicação do receituário neoliberal foi observada não somente no Brasil ou na América Latina, mas em diversas partes do mundo. Os governos de Pinochet, no Chile, de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, são comumente destacados pelo seu caráter neoliberal.



¹¹ Inflação muito elevada, quando os preços estão fora de controle e a moeda extremamente desvalorizada.

Denúncias de corrupção e impeachment

No terceiro ano de mandato, a imprensa começou a denunciar esquemas de corrupção que envolviam o governo federal e a família Collor. Em maio, o irmão do presidente, Pedro Collor, acusou o ex-tesoureiro da campanha eleitoral, Paulo César Farias (ou PC Farias), de atuar como dirigente de uma série de negócios ilícitos. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada pelo Congresso Nacional para investigar o caso, pois os grandes jornais apontavam o presidente como um dos sócios do “esquema PC”.

A CPI averiguou que além de desviar dinheiro da campanha de 1989, o ex-tesoureiro negociava favores, nomeações e negócios em nome do presidente Collor, mediante o pagamento de propina. Não se sabe exatamente o quanto isso custou aos cofres públicos, mas as estimativas apontam que seus esquemas movimentaram algo entre 300 milhões e 1 bilhão de dólares.

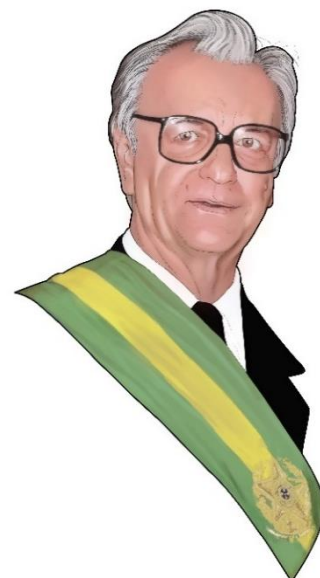
Demonstrando grande indignação em uma coletiva de imprensa, Collor convocou o povo para se vestir de verde e amarelo e sair às ruas no dia 16 de agosto de 1992, em uma manifestação de apoio ao seu governo. A população realmente foi para as ruas, mas para repudiar seus atos. Vestidos de preto, mas com os rostos pintados de verde e amarelo, milhares de manifestantes espalhados por todo o país exigiam o **impeachment de Fernando Collor**, ato que os tornou conhecidos como “**caras-pintadas**”.

Em 29 de dezembro de 1992, o Senado se reuniu para julgar o impeachment de Collor, que já se encontrava afastado do poder desde setembro do mesmo ano. Para evitar a perda de seus direitos políticos, o presidente renunciou naquela manhã, mas de nada adiantou: por 76 votos a três, seu impeachment foi aprovado, sendo impedido de participar das atividades políticas do país até o final do ano 2000. A presidência foi ocupada por seu vice, o mineiro **Itamar Franco**, que governou até o fim do mandato.

3.3. O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)

Após a saída de Collor, seu vice, o mineiro Itamar Augusto Cautiero Franco, assumiu a presidência. Muitos desafios o aguardavam: a hiperinflação legada pelos governos anteriores; PIB em queda; altos índices de desemprego; o trauma causado por um impeachment na frágil Nova República.

Para evitar conflitos políticos, montou um ministério composto por nomes de quase todos os partidos presentes no Congresso Nacional, deixando clara sua intenção de apenas completar o mandato de Collor. Pelo grande número de mineiros empossados na administração pública e o jeito conciliador, seu governo passou a ser chamado de “República do Pão de Queijo”.



O Plano Real

Após apostar em três nomes para conduzir a Fazenda, Itamar Franco convidou o então Ministro das Relações Exteriores, **Fernando Henrique Cardoso** (PSDB), a assumir a pasta. Para auxiliá-lo, FHC convidou três economistas para integrar sua equipe: Edmar Bacha, André Lara de Rezende e Pêrsio Arida. O plano de estabilização da economia foi dividido em três fases:

- o **Plano de Ação Imediata (PAI)**, que objetivava a redução de 6 bilhões de dólares nos gastos públicos e aumentar as receitas públicas. Para isso, o governo lançou mão de uma agenda de privatizações, que incluiu a Açominas e a quebra parcial dos monopólios da Petrobras e da Eletrobras. Também conseguiu limitar os repasses para os Estados e municípios, o que permitiu a União dispor de uma soma considerável de recursos arrecadados de impostos. Por fim, buscou combater a evasão fiscal (sonegação de impostos) e controlar os bancos públicos estaduais e federais.
- a criação da **Unidade Real de Valor (URV)**, utilizada como referência para a transição do cruzeiro real para a nova moeda. Isso foi essencial para que a economia desinchasse, afinal se o preço de um produto em cruzeiro real sofria alterações muito rapidamente, continuava a valer o mesmo em URV por um tempo maior.
- concluir a **transição para o Real**. Em 30 de junho de 1994, a URV, cotada em 2.750 cruzeiros reais, converteu-se em real, então equivalente a um dólar. Essa paridade só foi possível após o governo conseguir renegociar a dívida externa do país, permitindo a entrada de dólares e a formação de uma reserva cambial que evitou a desvalorização do real, mantida com a **elevação das taxas de juros**.

Com o desenvolvimento do Plano Real, foi-se verificando uma **estabilização da economia**, mediante a valorização da moeda, como nunca antes se vira. O prestígio do presidente e seu ministro cresceu vertiginosamente, afinal a hiperinflação havia sido domada, sem choques ou congelamentos. Em 1996, FHC se candidatou à presidência sustentando a imagem de **“pai do Plano Real”**, o que o permitiu vencer, já no primeiro turno, com 54,27% dos votos válidos. Lula, o segundo colocado, obteve 27,04% dos votos do eleitorado.

O plebiscito de 1993

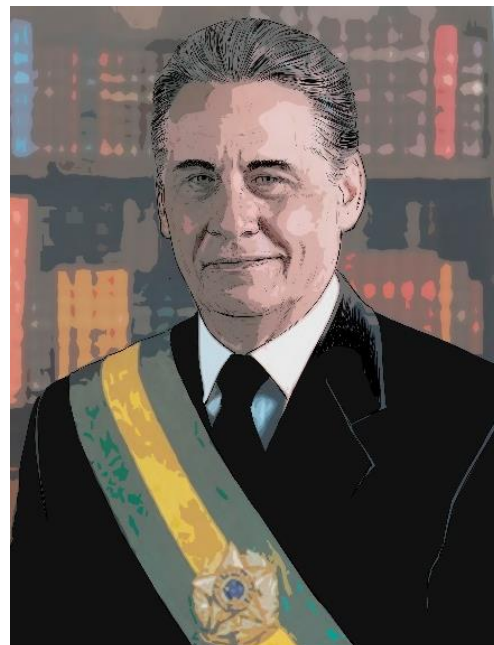
Em 21 de abril de 1993, aos brasileiros foram às urnas para decidir a forma e o sistema de governo do Brasil. O plebiscito foi resultado de uma emenda à Constituição de 1988, que determinava a necessidade de escolha da República ou Monarquia como forma de governo, e do presidencialismo ou parlamentarismo como sistema de governo.

Dos 67 milhões de cidadãos que compareceram às urnas, 37,1 milhões escolheram o presidencialismo, ao passo que 16,5 milhões apoiaram o parlamentarismo. Quanto à forma de governo, 44,2 milhões de brasileiros votaram na República, enquanto 6,8 brasileiros defenderam a restauração da monarquia.

3.4. OS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002)

Após tomar posse como presidente, FHC buscou assegurar a estabilidade econômica conquistada pelo país com a implantação de uma reforma de Estado, baseada na ideia de que suas despesas deveriam ser cortadas e sua participação na economia diminuída. Para isso, bancos estaduais foram extintos ou privatizados, o Estado deixou de ter o monopólio sobre o petróleo e as telecomunicações, o país se abriu para o capital externo, e **empresas estatais foram privatizadas**, incluindo a Eletrobras, a Usiminas e a Vale do Rio Doce.

O pacote de privatizações esperava atrair o capital estrangeiro para o país, o que dinamizaria a economia e aumentaria a arrecadação do Estado para quitar parte de duas dívidas interna e externa. Contudo, devido a continuidade de uma política de juros altos e o número de importações superando as exportações, as dívidas do país se avolumaram. A implantação do que muitos consideraram uma **agenda neoliberal** fez com que FHC fosse acusado por seus críticos de dilapidar o patrimônio público em favor de interesses externos.



Apesar dos desafios, o sucesso do real manteve a popularidade do governo, que conseguiu a aprovação de uma reforma constitucional que concedia direito à reeleição para membros do poder Executivo. Em 1998, concorrendo novamente contra Lula, FHC obtém um novo mandato presidencial.

O grande legado do governo FHC não foi o crescimento econômico, mas a realização de reformas que **consolidaram instituições para o país e estabilizaram a economia**. Neste sentido, também se pode destacar a **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, que estabeleceu normas para garantir responsabilidade na gestão fiscal da União, dos estados e dos municípios.

Ao final do mandato FHC, a insatisfação social e as críticas de veículos de comunicação promoveram o desgaste da imagem do presidente. Vejamos alguns elementos que contribuíram para isso:

- **Crescimento das dívidas externa e interna** → A paridade cambial entre o dólar e o real promoveu o declínio das exportações e o aumento das importações, afinal produtos estrangeiros, especialmente chineses, ficaram muito baratos.
- **O "apagão" energético de 2001** → O governo manteve juros extremamente elevados para atrair investidores estrangeiros, mas isso desestimulou investimentos e o aumento da produção, incluindo na área de infraestrutura. Com isso, o país passou pelo risco de corte de energia elétrica, algo que em parte também se explicava pela escassez das chuvas; porém encarado como resultado da política de privatizações de estatais no setor energético.
- **A manutenção de elevados índices de desemprego e da pobreza** → Como o corte de gastos públicos era um dos sustentáculos do Plano Real, o Estado diminuiu investimentos em áreas como a habitação, saúde e educação.

Apesar dos ganhos paulatinos decorrentes da estabilização, os eleitores ansiavam por maiores transformações sociais no país. Isso possibilitou o crescimento da figura de Luiz Inácio Lula da Silva, que pela quarta vez pleiteava o cargo de presidente da República pelo PT. Dessa vez, contudo, conseguia amolecer a resistência de certos setores à sua candidatura: lançou a "Carta aos brasileiros", por meio da qual se comprometia a respeitar as políticas anti-inflacionárias iniciadas por FHC, com o intuito de acalmar os ânimos do mercado. Também contava com José de Alencar (PMDB) na candidatura a vice-presidência, um grande empresário ligado ao setor têxtil.

Com o discurso mais conciliador, o candidato chegou a se denominar "Lulinha paz e amor", ampliando seu leque de alianças e dialogando com setores até então negligenciados. Obtendo o voto de 52,8 milhões de brasileiros, Lula se tornou o primeiro candidato egresso das camadas populares a se tornar presidente da República, vencendo o candidato de FHC, o ex-ministro da saúde José Serra. O sentimento de esperança por mudanças efetivas tomou conta de muitos brasileiros à época. Junto com Lula, o PT elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados (17%), porém sem atingir a maioria.

4. Lista de Questões

1. (CN/2018)

Leia o texto referente à questão.

Carta à República

Sim é verdade, a vida é mais livre

O medo já não convive nas casas, nos bares, nas ruas

Com o povo daqui

E até dá pra pensar no futuro

E ver nossos filhos crescendo e sorrindo

Mas eu não posso esconder a amargura

Ao ver que o sonho anda pra trás

[...]

A esperança que a gente carrega

É um sorvete em pleno sol

O que fizeram da nossa fé?

[...]

Eu saí pra sonhar meu país

E foi tão bom, não estava sozinho

A praça era alegria sadia

O povo era senhor

E só uma voz, numa só canção



E foi por ter posto a mão no futuro
Que no presente preciso ser duro
E eu não posso me acomodar
Quero um país melhor

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Gravada em 1987, é correto afirmar que a música, segundo o contexto histórico da época, apresenta uma visão otimista em relação:

- A) à redemocratização do Brasil e uma visão amargurada em relação aos rumos políticos e econômicos tomados pelo governo José Sarney.
- B) aos rumos econômicos tomados pelo governo José Sarney e uma visão amargurada em relação ao Plano Real, proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.
- C) ao movimento popular que pedia o Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello e uma visão pessimista em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso.
- D) ao controle da violência urbana das grandes cidades e uma visão amargurada em relação à eleição de Fernando Collor de Mello ao cargo de presidente da República.
- E) à eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e uma visão amargurada em relação às leis impostas pela Constituição de 1988.

2. (CN/2017)



Médici visita as obras da Ponte Rio-Niterói, em 1973

(Fonte: memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Arquivo Nacional)

Durante parte do Regime Militar (1964-1984), a economia alcançou índices de crescimento econômico elevados quando comparados a outros momentos da história do Brasil. Assinale a opção que apresenta algumas das razões para o seu crescimento econômico.

- A) A política de privatização de companhias estatais, como a Vale do Rio Doce, Petrobrás e a Fábrica Nacional de Motores, o que gerou receitas que foram investidas em grandes obras de infraestrutura.
- B) O controle da inflação por meio de uma política econômica de aumento da taxa de juros (Selic), o que tornou o Brasil atraente ao investidor estrangeiro.
- C) O aumento do preço do petróleo e do minério de ferro no mercado internacional, o que fez do Brasil uma potência econômica mundial, possibilitando investimentos em infraestrutura.

- D) A oferta de empréstimos internacionais a juros baixos, o que proporcionou a realização de investimentos nos setores agrícola, industrial, energético e da construção civil.
- E) A valorização do café no mercado internacional, o que trouxe ao Brasil recursos necessários para o investimento em setores estratégicos da economia nacional.

3. (CN/2014)

Durante o governo Figueiredo (1979-1985), o processo de abertura política foi aprofundado. A luta pelo fim do regime militar e pela redemocratização mobilizou amplos setores da sociedade. Em 1983, foi proposta uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente da República. A partir daí, foi lançada uma campanha denominada "Diretas-Já!", reunindo centenas de milhares de manifestantes nas ruas. A emenda não foi aprovada, mas estava sedimentado o caminho para a plena democracia.

Considerando o período histórico descrito no texto, assinale a opção correta.

- A) Tancredo Neves venceu as eleições indiretas. Entretanto, um dia após tomar posse, em 15 de março de 1985, faleceu repentinamente.
- B) A Nova República teve início com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e determinou a passagem do regime militar para a democracia.
- C) José Sarney, candidato a presidente pela Aliança Democrática, venceu as eleições no Colégio Eleitoral e se tornou o primeiro presidente civil desde 1964.
- D) Tancredo Neves, primeiro presidente eleito de forma direta desde 1964, não chegou a tomar posse devido a problemas de saúde.
- E) No governo, José Sarney, contrariando as expectativas da sociedade brasileira, manteve as eleições indiretas para presidente da República.

4. (CN/2012)

Leia o texto abaixo.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira que propunha a eleição direta para presidente da república, os partidos políticos de oposição começaram uma articulação política para disputar a eleição presidencial no colégio eleitoral, sendo escolhido Tancredo Neves que venceu o candidato oficial Paulo Maluf.

O presidente eleito, Tancredo Neves, faleceu antes de tomar posse. José Sarney, o vice, foi empossado como presidente da república. Começava, assim, a Nova República. Com base no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I - No governo do presidente José Sarney, o processo de privatização foi ampliado. Grandes empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional, foram vendidas para a iniciativa privada.
- II - Com o afastamento do presidente Fernando Collor assumiu a presidência Itamar Franco, que tinha como principal tarefa controlar a inflação. Com esse objetivo, o presidente lançou o chamado Plano Real.

III- Após tomar posse, o presidente Fernando Collor anunciou um plano econômico que entre outras medidas confiscou cerca de 80% do dinheiro em circulação no país, inclusive o das cadernetas de poupança.

IV - Em fevereiro de 1986, o governo do presidente José Sarney lançou o Plano Cruzado que, contando com um total apoio do empresariado da indústria e do comércio, alcançou um pleno sucesso, acabando definitivamente com a inflação.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e IV.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) III e IV.

5. (CN/2009)

Leia o trecho abaixo e responda à questão a seguir.

"O governo do professor de Sociologia Fernando Henrique Cardoso principiou sob o impacto da euforia do plano econômico. O povo experimentou a presença de uma moeda forte, valendo mais que o dólar norte-americano, e a ausência da inflação. Seu governo foi sustentado por uma aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de centro, e o partido da Frente Liberal (PFL), de direita."

FROTA, Guilherme de Andrea. Quinhentos anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: BiB1iEx, 2000, p.732.

O trecho apresentado refere-se ao Plano

- A) Cruzado, que tinha a finalidade de combater a inflação sem comprometer o crescimento econômico, rompendo, assim, com as práticas ortodoxas tradicionalmente adotadas no Brasil desde o início do século XX.
- B) Bresser, que representava uma mistura de elementos monetaristas e heterodoxos, tentando evitar problemas observados durante a aplicação dos planos anteriores, os quais tiveram como consequência, entre outros aspectos, o aumento do déficit público.
- C) Real, que apresentava uma nova moeda forte que estaria vinculada ao dólar, visto que a emissão de novos reais seria possível somente se existisse um volume equivalente de dólares nos cofres do Banco Central.
- D) Maílson da Nóbrega, que, entre outros aspectos, apresentava uma moeda forte indexada, ou seja, tendo como mecanismo o repasse automático da inflação de um mês para os salários, prestações, aluguéis e contratos em geral do mês seguinte.
- E) Funaro, o qual, entre outros aspectos, tinha por finalidade combater a inflação sem comprometer o crescimento econômico do país através de práticas ortodoxas que submetiam o país a determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

6. (CN/2007)

Leia o texto abaixo.



Usineiros propõem retomada do proálcool /SÉRGIO RIPARDO /do FolhaNews

"Os usineiros estão aproveitando a alta do petróleo para ressuscitar a proposta de retomada do Proálcool. Eles defendem o aumento do teor de álcool anidro na gasolina, de 20% para 24%. Hoje, mais de 55% da cana-de-açúcar moída no país se destina à produção de álcool. O presidente da Federação dos Plantadores de Cana, Antônio Celso Cavalcanti, diz que está em campanha para a regulamentação do setor. Já o presidente da Unica (União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo), Eduardo Carvalho, afirma que o governo deve primeiro definir o futuro do carro a álcool, uma vez que há o compromisso de estímulo ao crescimento da 'frota verde (veículos não-poluentes). 'Não precisamos mendigar barris de petróleo com a Opep. Temos que incluir o álcool na matriz energética brasileira'."

Folha de São Paulo 20/09/ 2000.

O texto acima, apesar de recente, remonta, em certo aspecto, a um período da História Brasileira onde o país sofria, nos anos setenta, a problemática do mundo em relação às fontes de energia, em especial o petróleo, levando o governo a sancionar, no final do ano de 1975, a criação

- A) do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional no rio Paraguai.
- B) de novos projetos de extração de gás, em território boliviano, com a finalidade de fugir da dependência da OPEP.
- C) do Programa Nacional do Álcool, incrementando a produção agrícola.
- D) do Projeto Nuclear Brasileiro, que culminará com a construção da Usina de Angra II.
- E) do projeto de aproximação, no setor petrolífero, com as nações latino americanas, em especial o México e a Venezuela.

7. (CN/2005)

A Constituição brasileira de 1988 foi marcada pelo embate entre duas posições sobre a exploração dos recursos minerais do país. De um lado, os nacionalistas que defendiam o subsolo para as empresas de capital nacional e, de outro, os defensores da permanência do capital estrangeiro nesse setor. De acordo com as características da mineração no Brasil, é correto afirmar que

- A) a vitória dos nacionalistas impediu que a lavra de recursos minerais fosse controlada pelo capital estrangeiro, situação que permanece até os dias atuais.
- B) mesmo envolvendo enormes custos de investimentos, o Projeto Grande Carajás permaneceu restrito ao capital nacional, respeitando as deliberações da Constituição de 1988.
- C) a mudança do conceito de empresa brasileira de capital nacional nos anos 90, permitiu a exploração do subsolo brasileiro às empresas de capital estrangeiro.
- D) a aplicação de conhecimentos técnicos-científicos nos garimpos tem aumentado a produção de ouro do país, integrando os garimpeiros ao mercado de trabalho nacional e reduzindo os impactos ambientais.
- E) a preocupação com a segurança tem impedido que as empresas de capital estrangeiro explorem os recursos minerais das áreas indígenas e faixas de fronteiras.

8. (CN/2004)

" ... O problema fundamental na escolha do meu sucessor, com a abertura que se pretendia fazer, era assegurar a continuidade dessa ação e, bem assim, assegurar ao novo governo a indispensável estabilidade. Reuni então o Petrônio e vários líderes da Arena e lhes perguntei se achavam que já era possível termos um candidato civil, se achavam que um civil poderia ter condições de conduzir, o país sem maiores tropeços. Todos eles responderam que não. Um homem, que na minha opinião, poderia ser presidente da República era o Petrônio. Era um nome de primeira ordem. Mas a opinião de todos era de que o próximo presidente ainda deveria ser um militar...."

ERNESTO GEISEL, Maria Celina D'Araújo e Celso Castro(organizadores) - 5a edição - Ed. Fundação Getúlio Vargas -1998 – RJ

O trecho acima, referente à entrevista concedida pelo ex-presidente Ernesto Geisel entre os dias 13 de julho de 1993 e 9 de março de 1994, aborda a transição do seu governo para o de

- (A) João Batista de Figueiredo que assim como seu antecessor caracterizou-se pela chamada "distensão política, gradual e segura."
- (B) José Sarney onde uma das principais características foi ter sofrido a pressão direta do governo norte-americano para executar reformas econômicas e sociais.
- (C) Tancredo Neves que foi eleito pela pressão dos setores populares e econômicos dominantes no Brasil, em busca de novas relações de hegemonia política.
- (D) João Batista de Figueiredo que assim como seu antecessor desenvolveu uma política para garantir a iminente possibilidade do acesso ao poder dos partidos de extrema-esquerda.
- (E) Tancredo Neves que foi eleito pela pressão dos grandes proprietários rurais interessados em manter a estrutura fundiária baseada no latifúndio, monocultor, exportada.

ATENÇÃO: Devido ao baixo número de questões do CN envolvendo os períodos abordados, essa lista de questões em breve será atualizada com questões de outras instituições e também com os comentários.



5. Gabarito



1. A
2. D
3. B
4. C
5. C
6. C
7. A
8. A

6. Considerações finais

Chegamos ao da nossa última aula! Repare que os assuntos que vimos aqui foram pouco recorrentes nas provas do CN, porém é preciso focarmos nos seguintes pontos:

- Políticas sociais e econômicas do governo Castello Branco;
- Os partidos políticos existentes durante o regime militar;
- As principais medidas do governo Costa e Silva;
- O “milagre brasileiro” do governo Médici: principais medidas;
- A reabertura política do governo Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e sua política externa;
- A Campanha da Diretas já e a eleição indireta de Tancredo Neves;
- Principais aspectos da Constituição de 1988
- Os choques e os congelamentos verificados nos Planos Econômicos dos governos Sarney e Collor;
- A campanha Fora Collor.
- O Plano Real, seu papel na estabilização da economia e efeitos colaterais.

Se tudo ficou claro, hora de nos dedicarmos às revisões! Revejas as aulas anteriores do nosso curso, faça resumos e refaça os exercícios! Em caso de dúvidas, não se esqueça de recorrer ao nosso Fórum de Dúvidas! Ah, e não se esqueça de acompanhar todos os eventos e simulados que teremos até o dia da prova!

Numericamente, as questões de História representam pouco na prova do CN, mas é preciso considerar que gabaritar a nossa disciplina pode fazer toda a diferença na hora de garantir a concretização de seu sonho. Sendo assim, não deixe de estudar!

Aproveito para agradecer por todos os meses de convivência que tive com cada um de vocês. Espero que tenham apreciado nossa jornada pela História do Brasil, e que tenha sido uma experiência de aprendizado tão rica para vocês quanto foi para mim!

Abraço a todos,
Prof. Marco Túlio



7. Referências

BACHA, Edmar (org.). *130 anos: em busca da República*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COTRIM, Gilberto. *História global*, volume único. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil no contexto da história ocidental: ensino médio*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2003.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2013.

